

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018



1 of 4

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE NOTA 01		8.416.517,84	9.308.691,54	PASSIVO CIRCULANTE NOTA 13		8.618.652,58	9.969.271,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NOTA 02		4.433.288,91	3.837.082,90	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS NOTA 14		2.004.738,74	3.768.872,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.433.288,91	3.837.082,90	PESSOAL A PAGAR		597.460,44	1.340.569,99
CAIXA	F	1.463.475,71	1.463.475,71	PESSOAL A PAGAR	F	594.314,10	1.337.423,65
CONTA ÚNICA	F	2.967.582,85	2.371.321,88	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	F	3.146,34	3.146,34
CONTA ÚNICA RPPS	F	2.230,35	2.285,31	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	284.417,42
CRÉDITOS A CURTO PRAZO NOTA 03		203.574,48	213.915,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	0,00	284.417,42
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		64.496,72	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.407.278,30	2.143.885,24
IMPOSTOS	P	64.496,72	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	1.072,62	5.655,31
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		139.077,76	213.915,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	52.989,14	52.989,14
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	138.948,78	213.915,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	683.691,07	1.160.080,76
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS	P	128,98	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	669.525,47	924.123,53
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO NOTA 05		3.688.523,29	5.182.180,84	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	1.036,50
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		300,00	300,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO NOTA 16		3.095.262,08	3.072.570,81
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	P	300,00	300,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		3.095.262,08	3.072.570,81
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.146,32	3.146,32	FORNECEDORES NACIONAIS	F	2.872.511,95	3.037.524,44
DEPÓSITOS ESPECIAIS	F	3.146,32	3.146,32	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	16.355,80	475,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		3.685.076,97	5.178.734,52	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	F	10.277,50	34.569,81
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	8.972,36	8.972,36	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P	1,54	1,54
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	49.063,88	53.871,41	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P	196.115,29	0,02
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	344.999,33	349.744,94	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		8.085,03	6.023,20
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	267.891,57	267.891,57	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		8.085,03	6.023,20
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P	3.014.149,83	4.498.254,24	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	8.085,03	6.023,20
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO NOTA 06		88.991,16	75.512,80	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO NOTA 18		3.510.566,73	3.121.805,07
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		88.991,16	75.512,80	VALORES RESTITUIVEIS		3.501.462,73	3.113.805,07
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	88.991,16	75.512,80	CONSIGNAÇÕES	F	3.493.459,05	3.105.801,39
ESTOQUES NOTA 07		2.140,00	0,00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	8.003,68	8.003,68
ALMOXARIFADO		2.140,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		9.104,00	8.000,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	2.140,00	0,00	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	F	9.104,00	8.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE NOTA 08		38.887.348,58	33.376.471,86	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE NOTA 19		19.034.467,97	60.713.922,44
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.872.881,29	937.881,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS NOTA 20		11.651.295,72	9.990.538,13
CRÉDITOS A LONGO PRAZO NOTA 09		2.872.881,29	937.881,69	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		11.651.295,72	9.990.538,13
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	937.881,69	937.881,69	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	3.580.810,62	1.645.811,02
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	1.934.999,60	0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.070.485,10	8.344.727,11
IMOBILIZADO NOTA 11		36.014.467,29	32.438.590,17	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO NOTA 22		0,00	-272.247,02
BENS MÓVEIS		20.822.221,29	18.873.678,57	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		0,00	-272.247,02
BENS DE INFORMÁTICA	P	24.214,99	24.214,99	FORNECEDORES NACIONAIS	P	0,00	-272.247,02
VEÍCULOS	P	1.625.245,00	1.061.345,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	11.387.250,74	11.349.445,57				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE	P	8.752,00	8.752,00				

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA

Código do documento: 15e83f85-2779-484c-909e-818099978880

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018



2 of 4

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMUNICAÇÃO				PROVISÕES A LONGO PRAZO NOTA 23		4.613.393,42	47.683.065,40
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.458.232,33	1.378.570,33	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		4.613.393,42	47.683.065,40
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	6.310.599,66	5.048.324,11	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS	P	0,00	43.069.671,98
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	P	7.926,57	3.026,57	CONCEDIDOS			
BENS IMÓVEIS		15.192.246,00	13.564.911,60	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS	P	40.426.811,89	40.426.811,89
BENS DE USO ESPECIAL	P	95.272,72	95.272,72	CONCEDIDOS			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	11.383.223,70	9.964.152,38	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A	P	41.576.977,41	41.576.977,41
INSTALAÇÕES	P	46.872,68	0,00	CONCEDER			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.666.876,90	3.505.486,50	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	-77.390.395,88	-77.390.395,88
TOTAL		47.303.866,42	42.685.163,40	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO NOTA 24		2.769.778,83	3.312.565,93
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		2.769.778,83	3.312.565,93
				PARCELAMENTO COM CELPE	P	2.743.078,92	3.279.473,35
				PARCELAMENTO COM COMPESA	P	26.699,91	33.092,58
				TOTAL PASSIVO		27.653.120,55	70.683.194,17
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOTA 25		19.650.745,87	-27.998.030,77
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
				PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	P	86.396,74	86.396,74
				PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	X	-86.396,74	-86.396,74
				RESULTADOS ACUMULADOS		19.650.745,87	-27.998.030,77
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		19.650.745,87	-27.998.030,77
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	47.606.861,76	1.796.976,34
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-27.998.030,77	-29.795.007,11
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	41.914,88	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.650.745,87	-27.998.030,77
				TOTAL		47.303.866,42	42.685.163,40

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
 Acesso em: https://epecs-pe.gov.br/ep/validaDocumento.do?codigo_documento=158385277948409098818999a78a8b

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



3 of 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO NOTA 26	4.928.461,96	4.328.330,73	PASSIVO FINANCEIRO (8.422.535,75)+ Restos não Processado(4.067.881,56) NOTA 28	12.490.417,31	15.534.327,65
ATIVO PERMANENTE NOTA 27	42.375.404,46	38.356.832,67	PASSIVO PERMANENTE NOTA 29	19.230.584,80	60.713.924,00
			SALDO PATRIMONIAL NOTA 30	15.582.864,31	-33.563.088,25

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 15e83185-2779-484c-9b9e-818999a78a8b

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



4 of 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		0,00	0,00	COMPENSAÇÕES		13.698.970,36	13.532.370,36
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS		166.600,00	0,00
INSTRUMENTOS CONGÊNERES				INSTRUMENTOS CONGÊNERES			
TOTAL		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		13.532.370,36	13.532.370,36
				TOTAL	NOTA 31	13.698.970,36	13.532.370,36

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 15e83185-2779-484c-9b9e-818999a78a8b

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

1 of 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
001	Ordinario		-12.059.574,74	-12.067.727,98
110	GERAL		38.445.630,53	38.437.477,29
200	EDUCAÇÃO		-3.965.280,91	-3.965.280,91
300	SAÚDE		-11.836.664,38	-11.836.664,38
310	SAÚDE-GERAL		-23.583.749,46	-23.583.749,46
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		-75.088,27	-75.088,27
600	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		-1.665.393,36	-1.665.393,36
620	RPPS-COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		-9.383.353,03	-9.383.353,03
			4.324,14	4.324,14
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		4.717.197,41	1.172.776,08
001	Ordinario		1.378.836,84	1.907.500,04
100	GERAL TOTAL		-272.385,84	-272.385,84
110	GERAL		-5.808,12	0,00
200	EDUCAÇÃO		1.356.878,22	-1.121.061,98
300	SAÚDE		877.978,65	-577.536,71
310	SAÚDE-GERAL		1.215.257,41	1.133.233,65
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		-61.660,57	104.704,26
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		-4,20	644,80
600	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		229.403,44	-1.143,72
610	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		-1.178,42	-1.178,42
611	RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		-120,00	0,00
01	TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (ORDINÁRIO)		1.298,96	1.298,96
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.298,96	1.298,96
06	FUNDEB (ORDINÁRIO)		91.419,63	64.079,43
200	EDUCAÇÃO		91.419,63	64.079,43
09	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ORDINÁRIO)		-29.467,43	-58.064,87
001	Ordinario		1.200,00	1.200,00
200	EDUCAÇÃO		-30.667,43	-59.264,87
11	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS (ORDINÁRIO)		-312.440,46	-223.976,63
300	SAÚDE		-312.440,46	-223.976,63
13	PNAE (ORDINÁRIO)		978,28	-101.499,62
001	Ordinario		240,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018

2 of 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
200	EDUCAÇÃO	738,28	-101.499,62
14	PNATE (ORDINÁRIO)	4.725,00	-275,00
200	EDUCAÇÃO	4.725,00	-275,00
15	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS (ORDINÁRIO)	-31.117,40	-27.244,43
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-31.117,40	-27.244,43
16	CONVÊNIO - ASSISTÊNCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)	-1.300,00	-500,00
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	-1.300,00	-500,00
17	CONVÊNIO EDUCAÇÃO (ORDINÁRIO)	-74.051,32	-90.149,89
200	EDUCAÇÃO	-74.051,32	-90.149,89
21	TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (ORDINÁRIO)	132.737,29	159.856,86
001	Ordinario	159.856,86	159.856,86
200	EDUCAÇÃO	-27.119,57	0,00
TOTAL		-7.559.594,78	-11.171.427,09





Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: https://stc.tce.pe.gov.br/emp/validaDoc.seam?codigo_documento=15683185-2779-484c-9b9e-318999a78a8b

Secretaria Municipal de Finanças

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Governo
Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)

APRESENTAÇÃO



As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **Fiorilli**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 47, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 8.416.517,84, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 38.887.348,58. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 8.618.652,58, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 19.034.467,97. Utilizando equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou o saldo patrimonial de R\$ 19.650.745,87 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

JOSÉ ADAUTO DA SILVA
Prefeito

DANIELA CARLA DE CARVALHO
Secretária de Finanças



BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2018

(Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Ibimirim – PE
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.105.971/0001-50.
Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Castro Alves, nº 432 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 29.055 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 781 de 12 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Câmara Municipal de Vereadores de Ibimirim;2) Prefeitura Municipal de Ibimirim;3) Fundos Municipal de Saúde (FMS);4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);5) Fundo Municipal de Educação (FME);6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA);7) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Ibimirim - IBIPREV.
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: José Aduino da Silva. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2013 a 31/12/2020.
Dados do contador (a) da Prefeitura responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eduardo Sávio Ribeiro de Oliveira Pires Rapôso. CRC-PE nº 020860/O-0. E-mail: eduardosavioraposo@hotmail.com.
Dados do contador (a) dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e Criança e Adolescente: Nome: Eduardo Sávio Ribeiro de Oliveira Pires Rapôso. CRC-PE nº 020860/O-0. E-mail: eduardosavioraposo@hotmail.com.
Dados do contador (a) do RPPS: Nome: João Gualberto Gomes Combé. CRC-PE nº 021289/O-0. E-mail: jgualberto@cespam.com.br.
Dados do contador (a) da Câmara de Vereadores: Nome: Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos. CRC-PE nº 25835/O-0. E-mail: lucenildoviniucius@hotmail.com.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Adryanna Eulália de Moura Camelo Torres. Portaria nº: 344/2018. E-mail: adryannacamelos@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Câmara de Vereadores – E-Ticons;



Endereço eletrônico do Portal da Transparência:
[www.netuse.inf.br/ibimirim_j/portaltransparencia.](https://www.netuse.inf.br/ibimirim_j/portaltransparencia)

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios



econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:



Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 43.069.671,98** conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas. CASO EXISTAM OUTRAS PROVISÕES COM VALORES SIGNIFICATIVOS INFORMAR AQUI.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO CIRCULANTE NOTA 01		8.416.517,84	9.308.691,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NOTA 02		4.433.288,91	3.837.082,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.433.288,91	3.837.082,90
CAIXA	F	1.463.475,71	1.463.475,71
CONTA ÚNICA	F	2.967.582,85	2.371.321,88
CONTA ÚNICA RPPS	F	2.230,35	2.285,31
CRÉDITOS A CURTO PRAZO NOTA 03		203.574,48	213.915,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		64.496,72	0,00
IMPOSTOS	P	64.496,72	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		139.077,76	213.915,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	138.948,78	213.915,00
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS	P	128,98	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO NOTA 05		3.688.523,29	5.182.180,84
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		300,00	300,00
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	P	300,00	300,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		3.146,32	3.146,32
DEPÓSITOS ESPECIAIS	F	3.146,32	3.146,32
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		3.685.076,97	5.178.734,52
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		8.972,36	8.972,36
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	49.063,88	53.871,41
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	344.999,33	349.744,94
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	267.891,57	267.891,57
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P	3.014.149,83	4.498.254,24
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO NOTA 06		88.991,16	75.512,80
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		88.991,16	75.512,80
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	88.991,16	75.512,80
ESTOQUES NOTA 07		2.140,00	0,00
ALMOXARIFADO		2.140,00	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	2.140,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 8.416.517,84**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 4.433.288,91**. O valor disponível apresentou acréscimo de **R\$ 596.206,01** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 3.837.082,90**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores.	0,00	0,00
Prefeitura Municipal.	2.153.532,60	0,00
Fundos Municipal de Saúde (FMS).	27,94	1.452.736,68
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).	64,97	363.812,58
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA).	0,00	327.759,82
RPPS.	2.230,35	0,00
Fundo Municipal de Educação	5.612,28	127.266,69
Total	2.161.713,14	2.271.575,77

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber	64.496,72
Dívida ativa tributária	139.077,76
Dívida ativa não tributária	0,00
TOTAL	203.574,48

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Depósitos Especiais	3.146,32	F
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	8.972,36	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	49.063,88	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	344.999,33	F
Subtotal	406.181,89	
Adiantamentos Diversos Concedidos	300,00	P
Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	267.891,57	P
Créditos a receber de Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	3.014.149,83	P
Subtotal	3.282.341,40	P
TOTAL	3.688.523,29	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 88.991,16**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 2.140,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 2.140,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE: PEPS.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	2.140,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00



ATIVO NÃO CIRCULANTE NOTA 08		38.887.348,58	33.376.471,86
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.872.881,29	937.881,69
CRÉDITOS A LONGO PRAZO NOTA 09		2.872.881,29	937.881,69
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	937.881,69	937.881,69
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	1.934.999,60	0,00
IMOBILIZADO NOTA 11		36.014.467,29	32.438.590,17
BENS MÓVEIS		20.822.221,29	18.873.678,57
BENS DE INFORMÁTICA	P	24.214,99	24.214,99
VEÍCULOS	P	1.625.245,00	1.061.345,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	11.387.250,74	11.349.445,57
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE	P	8.752,00	8.752,00
COMUNICAÇÃO			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.458.232,33	1.378.570,33
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	6.310.599,66	5.048.324,11
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	P	7.926,57	3.026,57
BENS IMÓVEIS		15.192.246,00	13.564.911,60
BENS DE USO ESPECIAL	P	95.272,72	95.272,72
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	11.383.223,70	9.964.152,38
INSTALAÇÕES	P	46.872,68	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.666.876,90	3.505.486,50
TOTAL		47.303.866,42	42.685.163,40

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 38.887.348,58.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 2.872.881,29, corresponde a R\$ 2.872.881,29 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa.

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 32.438.590,17. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 3.575.877,12, sendo R\$ 1.948.542,72, de bens móveis e R\$ 1.627.334,40 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 36.014.467,29. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	20.822.221,29	18.873.678,57
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	15.192.246,00	13.564.911,60
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	36.014.467,29	32.438.590,17

Nota 12) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE NOTA 13		8.618.652,58	9.969.271,73
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		2.004.738,74	3.768.872,65
PESSOAL A PAGAR NOTA 14		597.460,44	1.340.569,99
PESSOAL A PAGAR	F	594.314,10	1.337.423,65
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	F	3.146,34	3.146,34
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	284.417,42
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	0,00	284.417,42
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		1.407.278,30	2.143.885,24
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	1.072,62	5.655,31
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	52.989,14	52.989,14
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	683.691,07	1.160.080,76
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	669.525,47	924.123,53
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	1.036,50
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO NOTA 16		3.095.262,08	3.072.570,81
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		3.095.262,08	3.072.570,81
FORNECEDORES NACIONAIS	F	2.872.511,95	3.037.524,44
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	16.355,80	475,00
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	F	10.277,50	34.569,81
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	P	1,54	1,54
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	196.115,29	0,02
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		8.085,03	6.023,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		8.085,03	6.023,20
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	8.085,03	6.023,20
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO NOTA 18		3.510.566,73	3.121.805,07
VALORES RESTITUIVEIS		3.501.462,73	3.113.805,07
CONSIGNAÇÕES	F	3.493.459,05	3.105.801,39
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	8.003,68	8.003,68
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		9.104,00	8.000,00
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	F	9.104,00	8.000,00

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 8.618.652,58**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,65**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,65** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,65** e o índice de liquidez imediata é **0,54**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 2.004.738,74**. Redução de **R\$ 1.764.133,91**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 3.768.872,65**.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	597.460,44	F
Encargos Sociais a Pagar	1.407.278,30	F
Subtotal	2.004.738,74	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	2.004.738,74	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00



TOTAL	0,00
-------	------

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 3.095.262,08** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 22.691,27**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 3.072.570,81**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações **R\$ 3.493.459,05**, depósitos não judiciais **R\$ 8.003,68** e termo de parceria a pagar **R\$ 9.104,00**, totalizando **R\$ 3.510.566,73**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE NOTA 19	19.034.467,97	60.713.922,44
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	11.651.295,72	9.990.538,13
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR NOTA 20	11.651.295,72	9.990.538,13
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) P	3.580.810,62	1.645.811,02
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS P	8.070.485,10	8.344.727,11
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO NOTA 22	0,00	-272.247,02
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ	0,00	-272.247,02
FORNECEDORES NACIONAIS P	0,00	-272.247,02
PROVISÕES A LONGO PRAZO NOTA 23	4.613.393,42	47.683.065,40
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	4.613.393,42	47.683.065,40
PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS P	0,00	43.069.671,98
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS P	40.426.811,89	40.426.811,89
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER P	41.576.977,41	41.576.977,41
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO P	-77.390.395,88	-77.390.395,88
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO NOTA 24	2.769.778,83	3.312.565,93
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.769.778,83	3.312.565,93
PARCELAMENTO COM CELPE P	2.743.078,92	3.279.473,35
PARCELAMENTO COM COMPESA P	26.699,91	33.092,58
TOTAL PASSIVO	27.653.120,55	70.683.194,17

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam **R\$ 19.034.467,97**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 11.651.295,72** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao INSS, RPPS, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	SalDOS
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	3.580.810,62
Débito Parcelado – INSS	8.070.485,10
Total	11.651.295,72

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de **R\$ 0,00**.



Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 0,00** relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram **R\$ 4.613.393,42**, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 43.069.671,98** conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário Ricardo Cicarelli de Melo, MIBA nº 1306.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	47.683.065,40
a.2) valor contábil do final do período.	4.613.393,42
c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	43.069.671,98
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
BREVE DESCRIÇÃO:	

g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 4.613.393,42
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 40.426.811,89
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 45.099.537,36
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 162.771,74
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00



(-) Compensação Previdenciária	R\$ 4.509.953,76
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 41.576.977,41
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 82.027.597,32
(-) Contribuição do Ente	R\$ 20.805.071,08
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 11.442.789,10
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 8.202.759,73
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 77.390.395,88
(-) Outros Créditos	R\$ 77.390.395,88
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da Celpe e Compesa no valor de **R\$ 2.769.778,83**.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOTA 25		19.650.745,87	-27.998.030,77
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	P	86.396,74	86.396,74
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	X	-86.396,74	-86.396,74
RESULTADOS ACUMULADOS		19.650.745,87	-27.998.030,77
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		19.650.745,87	-27.998.030,77
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	47.606.861,76	1.796.976,34
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-27.998.030,77	-29.795.007,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	41.914,88	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.650.745,87	-27.998.030,77

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfaz em 2018 o valor de **R\$ 19.650.745,87**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ - 27.998.030,77**, ajuste de exercícios anteriores de **R\$ 41.914,88**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 47.606.861,76**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-27.998.030,77
Ajuste de Exercícios Anteriores	41.914,88
Resultado do Exercício	47.606.861,76
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.650.745,87

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES							
ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	4.928.461,96	4.328.330,73	PASSIVO FINANCEIRO (8.422.535,75)+ Restos não Processados(4.067.881,56)	NOTA 28	12.490.417,31	15.534.327,65
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	42.375.404,46	38.356.832,67	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	19.230.584,80	60.713.924,00
				SALDO PATRIMONIAL	NOTA 30	15.582.864,31	-33.563.088,25

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 4.928.461,96**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 42.375.404,46**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 8.422.535,75**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 4.067.881,56** perfazem o total de **R\$ 12.490.417,31**.



Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integral do passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 19.230.584,80**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ 15.582.864,31**.

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES		0,00	0,00	COMPENSAÇÕES		13.698.970,36	13.532.370,36
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS		166.600,00	0,00
INSTRUMENTOS CONGÊNERES				INSTRUMENTOS CONGÊNERES			
TOTAL		0,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		13.532.370,36	13.532.370,36
				TOTAL NOTA 31		13.698.970,36	13.532.370,36

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 13.698.970,36**.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.</p>
<p>d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p>d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p>d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício: Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.</p>

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

<p>g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros</p>



Documento Assinado Digitalmente por: MAFEUS DE BARROS CORREIA
 Assinatura: http://www.portal.mec.gov.br/epi/validador/validador.aspx?CodigoDocumento=15e83f85-2779-484c-9b9e-818999a78a8b

e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema contábil ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filiais mães dos grupos de contas.

g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:
 Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:
 Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação.

g.4.Transferência de Ativos:
 Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:
 Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018.

g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:
 Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:
 Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:
 Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:
 Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

TIPO/CLASSE DO PASSIVO CONTINGENTE:	
a) breve descrição da natureza do passivo contingente:	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
b) estimativa dos efeitos financeiros.	R\$ 0,00
c) indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída:	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
d) possibilidade de algum reembolso:	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	

g.10.Informações de Passivos Contingentes:
 Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):
 Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
 Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário Ricardo Cicarelli de Melo, MIBA nº 1306.

g.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):
 Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:



Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00. Especificar quais passivos foram perdoados.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
TOTAL		0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário Sr Ricardo Cicarelli de Melo. MIBA nº 1306.

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA ANTERIOR: _____ .)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA POSTERIOR: _____ .)	0,00
	0,00
TOTAL	0,00

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F]} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP} (\text{BF})) = \sum (\text{SES} (\text{DDF}))$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

--

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: https://eic.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam Código do documento: 15e83f85-2779-484c-9b9e-818999a78a8b



Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
 Acesse em: <https://cvea.ce.gov.br/epi/validarDoc.seam> Código do documento: 1483185-2779-484c-9b9e-818999a78a8b

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	2.927.064,64	1.146.468,41	779.914,91	774.762,81	875.637,52	2.423.132,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	743.672,49	2.690,94	600,00	600,00	687.363,33	58.400,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.183.392,15	1.143.777,47	779.314,91	774.162,81	188.274,19	2.364.732,66
DESPESAS DE CAPITAL	966.093,29	525.431,14	887.649,64	887.649,64	33.186,88	570.687,91
INVESTIMENTOS	966.093,29	525.431,14	887.649,64	887.649,64	33.186,88	570.687,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.893.157,93	1.671.899,55	1.667.564,55	1.662.412,45	908.824,40	2.993.820,63

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 8.422.535,75.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 2.993.820,63.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 1.089.490,55.

Soma: R\$ 12.505.846,93.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 12.487.270,89.

Diferença: R\$ 18.576,04.

Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 1.667.564,55.

Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 1.662.412,45.

Diferença: R\$ 5.152,10.

Confirmando assim a diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados, que foram liquidados, porém não foram pagos no exercício.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2022	Concluído



Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOSE ADAUTO DA SILVA
Prefeito

EDUARDO SÁVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA PIRES RAPÔSO
Contador
CRC-PE Nº 020860/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018



1 of 3

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: <https://cetes.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm> Código do documento: 15e83f85-2779-484c-9b9e-8180999e78a8b

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.211.527,68	2.409.031,99	PESSOAL E ENCARGOS		28.828.214,97	29.069.152,50
IMPOSTOS		1.944.840,65	1.468.714,27	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		23.907.938,59	23.879.402,84
TAXAS		266.687,03	239.268,75	ENCARGOS PATRONAIS		4.911.829,08	5.177.793,57
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	701.048,97	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		8.447,30	11.956,09
CONTRIBUIÇÕES		3.329.187,40	4.058.433,76	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.070.478,42	4.108.837,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.676.210,27	4.058.433,76	APOSENTADORIAS E REFORMAS		3.248.289,94	3.210.835,49
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		652.977,13	0,00	PENSÕES		396.420,80	451.385,54
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		27.596,70	664,26	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		425.767,68	446.616,11
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		27.596,70	664,26	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		17.610.878,25	15.760.101,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		126.965,89	205.609,79	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		6.044.419,83	5.714.201,14
JUROS E ENCARGOS DE MORA		24.846,00	6.289,85	SERVIÇOS		11.566.458,42	10.045.900,49
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		102.119,89	199.319,94	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		28.751,06	136.907,74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		63.576.328,52	58.041.766,25	JUROS E ENCARGOS DE MORA		28.751,06	136.907,74
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		13.674.713,03	11.561.140,84	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		13.817.410,49	11.801.912,90
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		49.698.856,08	46.473.525,41	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		13.674.713,03	11.561.140,84
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		190.090,83	7.100,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		201,60	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		12.668,58	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		107.812,00	237.772,06
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA		525.745,65	158.107,81	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		34.683,86	3.000,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		525.745,65	158.107,81	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PA		80.624,96	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		45.363.655,53	521.123,95	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		80.624,96	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		43.069.671,98	0,00	TRIBUTÁRIAS		636.682,62	552.600,21
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.293.983,55	521.123,95	CONTRIBUIÇÕES		636.682,62	552.600,21
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS NOTA 01		115.161.007,37	65.394.737,81	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.481.104,84	2.168.249,35
TOTAL		115.161.007,37	65.394.737,81	PREMIAÇÕES		2.000,00	1.800,00
				INCENTIVOS		94.461,55	63.325,21
				VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	1.383.359,19
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.384.643,29	719.764,95
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS NOTA 02		67.554.145,61	63.597.761,47
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) NOTA 03		47.606.861,76	1.796.976,34
				TOTAL		115.161.007,37	65.394.737,81

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2018)

CONSOLIDADO

Exercício de 2018



2 of 3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 15e83185-2779-484c-9b9e-818999a78a8b

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2018)
CONSOLIDADO

Exercício de 2018



3 of 3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO NOTA 04		3.575.877,12	2.537.540,01
INVESTIMENTOS		3.575.877,12	2.537.540,01
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO NOTA 05		544.782,09	748.025,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		544.782,09	748.025,66



Secretaria Municipal de Finanças

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Exercício de 2018

Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Anexo 15 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Governo
Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/portal/validacao/validacaoDocumentoCertificadoDigitalDocumento.html?idDocumento=15482907-2770-484-000-018000-28-08>



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **Fiorilli**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 47, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



O Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2018, apresenta R\$ 115.161.007,37 relativo as variações patrimoniais aumentativas, dentre elas, as receitas públicas efetivas, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 67.554.145,61, dentre elas as despesas públicas efetivas. Desta forma, o resultado econômico do exercício foi de R\$ 47.606.861,76, superavitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

JOSÉ ADAUTO DA SILVA
Prefeito

DANIELA CARLA DE CARVALHO
Secretária de Finanças

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 15 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Ibimirim – PE
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.105.971/0001-50.
Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Castro Alves, nº 432 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 29.055 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 781 de 12 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none"> 1) Câmara Municipal de Vereadores de Ibimirim; 2) Prefeitura Municipal de Ibimirim; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo Municipal de Educação (FME); 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 7) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Ibimirim - IBIPREV.
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: José Aduino da Silva. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2013 a 31/12/2020.
Dados do contador (a) da Prefeitura responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eduardo Sávio Ribeiro de Oliveira Pires Rapôso. CRC-PE nº 020860/O-0. E-mail: eduardosavioraposo@hotmail.com.
Dados do contador (a) dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e Criança e Adolescente: Nome: Eduardo Sávio Ribeiro de Oliveira Pires Rapôso. CRC-PE nº 020860/O-0. E-mail: eduardosavioraposo@hotmail.com.
Dados do contador (a) do RPPS: Nome: João Gualberto Gomes Combé. CRC-PE nº 021289/O-0. E-mail: jgualberto@cespam.com.br.
Dados do contador (a) da Câmara de Vereadores: Nome: Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos. CRC-PE nº 25835/O-0. E-mail: lucenildovinicius@hotmail.com.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Adryanna Eulália de Moura Camelo Torres. Portaria nº: 344/2018. E-mail: adryannacamelos@hotmail.com.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Câmara de Vereadores – E-Ticons; Prefeitura Municipal - Fiorilli; Fundos - Fiorilli;

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/cepp/padilhaDoc.aspx?seam=Código+do+documento+15683185-2779-484c-9b9c-818999a768a0>

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:****b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 047/2018.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios



econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:



Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.211.527,68	2.409.031,99
IMPOSTOS		1.944.840,65	1.468.714,27
TAXAS		266.687,03	239.268,75
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	701.048,97
CONTRIBUIÇÕES		3.329.187,40	4.058.433,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.676.210,27	4.058.433,76
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		652.977,13	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		27.596,70	664,26
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		27.596,70	664,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		126.965,89	205.609,79
JUROS E ENCARGOS DE MORA		24.846,00	6.289,85
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		102.119,89	199.319,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		63.576.328,52	58.041.766,25
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		13.674.713,03	11.561.140,84
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		49.698.856,08	46.473.525,41
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		190.090,83	7.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		12.668,58	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA		525.745,65	158.107,81
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		525.745,65	158.107,81
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		45.363.655,53	521.123,95
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		43.069.671,98	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.293.983,55	521.123,95
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS NOTA 01		115.161.007,37	65.394.737,81
TOTAL		115.161.007,37	65.394.737,81

Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 115.161.007,37. Aumento de R\$ 49.766.269,56 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 65.394.737,81.



VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		28.828.214,97	29.069.152,50
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		23.907.938,59	23.879.402,84
ENCARGOS PATRONAIS		4.911.829,08	5.177.793,57
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		8.447,30	11.956,09
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.070.478,42	4.108.837,14
APOSENTADORIAS E REFORMAS		3.248.289,94	3.210.835,49
PENSÕES		396.420,80	451.385,54
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		425.767,68	446.616,11
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		17.610.878,25	15.760.101,63
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		6.044.419,83	5.714.201,14
SERVIÇOS		11.566.458,42	10.045.900,49
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		28.751,06	136.907,74
JUROS E ENCARGOS DE MORA		28.751,06	136.907,74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		13.817.410,49	11.801.912,90
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		13.674.713,03	11.561.140,84
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		201,60	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		107.812,00	237.772,06
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		34.683,86	3.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAI		80.624,96	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		80.624,96	0,00
TRIBUTÁRIAS		636.682,62	552.600,21
CONTRIBUIÇÕES		636.682,62	552.600,21
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.481.104,84	2.168.249,35
PREMIAÇÕES		2.000,00	1.800,00
INCENTIVOS		94.461,55	63.325,21
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	1.383.359,19
DIVERSAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.384.643,29	719.764,95
TOTAL DAS VARIÇÕES DIMINUTIVAS NOTA 02		67.554.145,61	63.597.761,47
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) NOTA 03		47.606.861,76	1.796.976,34
TOTAL		115.161.007,37	65.394.737,81

Nota 2) VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 67.554.145,61. Aumento de R\$ 3.956.384,14 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 63.597.761,47.

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO:

O resultado patrimonial do exercício de 2018 foi de R\$ 47.606.861,76. Enquanto que o do exercício de 2017 foi de R\$ 1.796.976,34.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO NOTA 04		3.575.877,12	2.537.540,01
INVESTIMENTOS		3.575.877,12	2.537.540,01
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO NOTA 05		544.782,09	748.025,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		544.782,09	748.025,66

Nota 4) INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 3.575.877,12.

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2018	2017
Outras incorporações de ativos.	3.575.877,12	2.537.540,01

Nota 5) DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Foram pagos de dívida consolidada o montante de R\$ 544.782,09 resultante da execução orçamentária que gerou desincorporação de passivos.



DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2018	2017
Amortização da dívida pública.	544.782,09	748.026,66

Nota 6) INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS: 0,00, detalhados a seguir.

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2018	2017
Tomada de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de passivos	0,00	0,00

Nota 7) DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

As baixas da dívida ativa tributária geraram desincorporação de ativos na ordem de R\$ 0,00. A seguir será detalhado as demais desincorporações de ativo.

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2018	2017
Cobrança da dívida ativa.	0,00	0,00
Alienação de estoques.	0,00	0,00
Alienação de bens móveis.	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis.	0,00	0,00
Alienação de títulos e valores.	0,00	0,00
Recebimento de empréstimos.	0,00	0,00
Outras desincorporações de ativos.	0,00	0,00

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIV DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos



com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2. Itens mais relevantes que compõem a VPA e a VPD:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)			
Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)	
		2018	2017
1º	Transferências e Delegações Recebidas	63.576.328,52	58.041.766,25
2º	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.363.655,53	521.123,95
3º	Contribuições	3.329.187,40	4.058.433,76

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)			
Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)	
		2017	2016
1º	Pessoal e Encargos	28.828.214,97	29.069.152,50
2º	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.610.878,25	15.760.101,63
3º	Transferências e Delegações Concedidas	13.817.410,49	11.801.912,90

e.3. VPA e VPD de Repasse a maior ou menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001):

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

e.4. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houveram ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

e.5. Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

e.6. Constituição ou reversão de provisões:

Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 43.069.671,98 conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas.

e.7. Montante de recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação:

Não houve registro de receita sem contraprestação durante o exercício de 2018.

e.8. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2018.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPAP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído



Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Cívicos e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído



	com a “Nova” estrutura do MCASP.			
--	----------------------------------	--	--	--

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOSÉ ADAUTO DA SILVA
Prefeito

EDUARDO SÁVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA PIRES RAPÔSO
Contador
CRC-PE Nº 020860/O-0

Documento Assinado Digitalmente por: MATEUS DE BARROS CORREIA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 15e83f85-2779-484c-9b9e-818999a78a8b



CONSOLIDADO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

1 of 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.998.030,77	0,00	-27.998.030,77
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.648.776,64	0,00	47.648.776,64
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.650.745,87	0,00	19.650.745,87